

COLLECÇÃO DAS LEIS

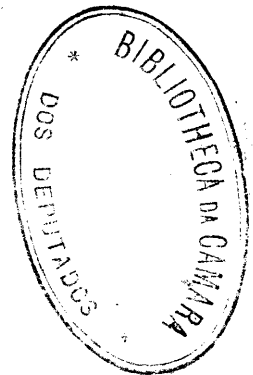
DO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1840.

~~~~~  
**TOMO III PARTE I.**  
~~~~~



RIO DE JANEIRO,

REIMPRESSO NA TYPOGRAPHIA NACIONAL,

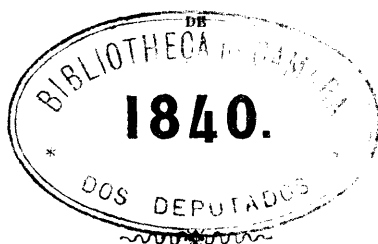
Rua da Guarda Velha,

1863.

INDICE

DA

COLLECCÃO DAS LEIS



PAG.

- | | |
|--|---|
| N. 97.— Decreto de 25 de Abril de 1840.— Decla-
rando que o vencimento de José Antonio
de Miranda Ramalho, deve ser regulado
pela lotação do officio de Juiz da Balança
da Alfandega desta Côrte, em que foi apo-
sentado..... | 1 |
| N. 98 — Decreto de 28 de Abril de 1840.— Auto-
risando a Fabrica da Igreja Matriz de Santa
Anna da Villa do Principe, na Provincia
do Rio Grande do Norte, para poder pos-
suir um terreno, que lhe fôra doado, e para
adquirir bens de raiz até o valor de oito
contos de réis..... | 2 |
| N. 99.— Decreto de 28 de Abril de 1840.— Auto-
risando a Camara Municipal do Rio de Ja-
neiro, para levar a effeito a convenção por
ella celebrada sobre o terreno do Largo do
Machado, onde se pretende edificar a Igreja
Matriz da Freguezia de Nossa Senhora da
Gloria..... | 3 |

N. 100.— Decreto de 28 de Abril de 1840.— Applicando para a edificação da Igreja Matriz da Freguezia de Santa Anna da Cidade do Rio de Janeiro, as obras da Casa destinada para Cadeia, começada no Largo fronteiro á Rua das Flores.....	3
N. 101.— Decreto de 30 de Abril de 1840.— Sobre Tença.....	4
N. 102.— Decreto de 30 de Abril de 1840.— Sobre Tença.....	4
N. 103.— Decreto de 30 de Abril de 1840.— Sobre Tença.....	5
N. 104.— Decreto de 9 de Maio de 1840.— Sobre Pensão.....	5
N. 105.— Lei de 12 de Maio de 1840.— Interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional.	5
N. 106.— Decreto de 15 de Maio de 1840.— Sobre Pensão.....	7
N. 107.— Decreto de 15 de Maio de 1840.— Sobre Tença.....	8
N. 108.— Lei de 26 de Maio de 1840.— Fixando a Despeza e orçando a Receita para o anno financeiro de 1840 a 1841.....	8
N. 109.— Decreto de 2 de Junho de 1840.— Sobre Pensão.....	19
N. 110.— Decreto de 2 de Junho de 1840.— Declara nulla, e como tal de nenhum effeito, a Lei da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, demittindo o Bacharel Manoel Joaquim de Souza Brito do lugar de Juiz de Direito da Comarca da Estancia da mesma Provincia.....	20
N. 111.— Decreto de 2 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	20
N. 112.— Decreto de 2 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	20
N. 113.— Decreto de 2 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	21
N. 114.— Decreto de 2 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	21
N. 115.— Decreto de 3 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	21
N. 116.— Decreto de 3 de Junho de 1840.— Sobre Pensão.....	21
N. 117.— Decreto de 3 de Junho de 1840.— Approva a Aposentadoria concedida ao Padre Fran-	

	cisso Manoel da Silva, na Cadeira de Grammatica Latina da Villa de Nossa Senhora do Bom Successo de Minas Novas, na Provincia de Minas.....	22
N. 118.—	Decreto de 3 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	22
N. 119.—	Decreto de 4 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	22
N. 120.—	Decreto de 4 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	23
N. 121.—	Decreto de 6 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	23
N. 122.—	Decreto de 6 de Junho de 1840.— Sobre Pensão.....	23
N. 123.—	Decreto de 12 de Junho de 1840.— Sobre Pensão.....	23
N. 124.—	Decreto de 20 de Junho de 1840.— Declara o vencimento, que d'ora em diante deve perceber Feliciano da Silva Tavares, aposentado no lugar de Recebedor do Sello, Novos e Velhos Direitos da Provincia da Bahia.....	24
N. 125.—	Decreto de 20 de Junho de 1840.— Sobre Pensão.....	24
N. 126.—	Decreto de 20 de Junho de 1840.— Sobre Tença.....	24
N. 127.—	Decreto de 20 de Junho de 1840.— Approva a aposentadoria concedida a Daniel Rodrigues de Souza, no lugar de Escrivão da Mesa de Diversas Rendias da Provincia da Bahia.....	25
N. 128.—	Decreto de 23 de Junho de 1840.— Reduzindo a dez por cento os Direitos que paga a Imperial Sociedade de Mineração Brasileira do Gongo Soco.....	25
N. 129.—	Decreto do 1.º de Julho de 1840.— Sobre aposentadoria.....	26
N. 130.—	Decreto do 1.º de Julho de 1840.— Sobre aposentadoria.....	26
N. 131.—	Decreto do 1.º de Julho de 1840.— Sobre Tença.....	26
N. 132.—	Decreto do 1.º de Julho de 1840.— Sobre Tença.....	27
N. 133.—	Decreto do 1.º de Julho de 1840.— Sobre Pensão.....	27

	PAG.
N. 134.— Decreto de 15 de Julho de 1840.— Sobre Tença.....	27
N. 135.— Decreto de 4 de Agosto de 1840.— Declarando o vencimento do Conselheiro da Fazenda aposentado João Sabino de Mello Buhlões Lacerda Castello Branco.....	27
N. 136.— Decreto de 7 de Agosto de 1840.— Sobre Tença.....	28
N. 137.— Decreto de 7 de Agosto de 1840.— Sobre Tença.....	28
N. 138.— Decreto de 14 de Agosto de 1840.— Approva a aposentadoria concedida ao Conego Januario da Cunha Barbosa, na Cadeira de Philosophia Racional e Moral desta Cidade.....	28
N. 139.— Decreto de 14 de Agosto de 1840.— Sobre Pensão.....	29
N. 140.— Decreto de 14 de Agosto de 1840.— Sobre Tença.....	29
N. 141.— Decreto de 14 de Agosto de 1840.— Approva a aposentadoria concedida ao Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, na Cadeira de Rhetorica do Collegio das Artes da Academia Juridica da Cidade de Olinda.	30
N. 142.— Decreto de 14 de Agosto de 1840.— Sobre Tença.....	30
N. 143.— Decreto de 14 de Agosto de 1840.— Sobre Tença.....	31
N. 144.— Decreto de 18 de Agosto de 1840.— Sobre Tença.....	31
N. 145.— Decreto de 18 de Agosto de 1840.— Concede a Antonio Luiz de Noronha e Silva, Coronel reformado de 2. ^a Linha, o soldo mensal de quarenta e cinco mil réis, contados desde 24 de Setembro de 1829, em lugar do soldo de vinte e quatro mil réis com que fôra reformado.....	31
N. 146.— Decreto de 26 de Agosto de 1840.— Declara de Festa Nacional o dia vinte e tres de Julho.....	32
N. 147.— Decreto de 26 de Agosto de 1840.— Sobre Tença.....	32
N. 148.— Lei de 27 de Agosto de 1840.— Fixando as Forças de Mar para o anno financeiro de 1841 a 1842.....	33

N. 149.— Lei de 27 de Agosto de 1840.— Fixando as Forças de Terra para o anno financeiro de 1841 a 1842.....	35
N. 150.— Decreto de 27 de Agosto de 1840.— Sobre Pensão.....	37
N. 151.— Decreto de 28 de Agosto de 1840.— Marca a Dotação de Sua Magestade o Imperador e de Sua Augusta Familia.....	37
N. 152.— Decreto de 11 de Setembro de 1840.— Approva as disposições conteúdas nos arts. 4.º e 7.º das Condições, que acompanharão o Decreto de 17 de Maio de 1838, concedendo a Gustavo Adolfo Reye faculdade para formar uma Companhia de Mineração na Provincia de Minas Geraes.....	38
N. 153.— Decreto de 11 de Setembro de 1840.— Sobre aposentadoria.....	39
N. 154.— Decreto de 11 de Setembro de 1840.— Sobre aposentadoria.....	39
N. 155.— Decreto de 11 de Setembro de 1840.— Sobre aposentadoria.....	40
N. 156.— Decreto de 11 de Setembro de 1840.— Sobre aposentadoria.....	40
F. 157.— Decreto de 11 de Setembro de 1840.— Sobre aposentadoria.....	40
N. 158.— Decreto de 18 de Setembro de 1840.— Autorisando o Governo para haver por empréstimo a quantia de nove mil oitocentos e quatro contos quatrocentos e sessenta e sete mil cento e dezasete réis, para pagamento da divida liquidada até Junho, e para supprimento do deficit do corrente anno financeiro.....	40
N. 159.— Decreto de 22 de Setembro de 1840.— Autorisa o Governo para conceder Carta de naturalisação a João Estevão Seraine.....	45
N. 160.— Decreto de 22 de Setembro de 1840.— Autorisa o Governo para conceder Carta de naturalisação a João Mamede Zefirino.....	45
N. 161.— Decreto de 22 de Setembro de 1840.— Sobre Pensão.....	46
N. 162.— Decreto de 25 de Setembro de 1840.— Dando ao Governo um Credito de mil contos de réis para o pagamento das reclamações dos subditos Portuguezes e Brasileiros...	46
N. 163.— Decreto de 25 de Setembro de 1840.— Sobre Pensão.....	47

	PAG.
N. 164.— Lei de 26 de Setembro de 1840.— Fixando a Despeza, e orçando a Receita para o exercício do anno financeiro de 1841—1842...	47
N. 165.— Decreto de 29 de Setembro de 1840.— Autotizando o Governo a fazer extrahir certo numero de loterias, e applicar o seu producto aos reparos de diversas Igrejas.....	61
N. 166.— Lei de 29 de Setembro de 1840.— Estabelece a Dotação de Sua Alteza Imperial, quando houver de realizar-se o seu Consorcio.....	62
N. 167.— Decreto de 29 de Setembro de 1840.— Sobre Pensão.....	64
N. 168.— Decreto de 29 de Setembro de 1840.— Sobre Pensão.....	64





COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1840.



DECRETO N. 97 — de 25 de Abril de 1840.

Declarando que o vencimento de José Antonio de Miranda Ramalho, deve ser regulado pela lotação do officio de Juiz da Balança da Alfandega desta Côrte, em que foi aposentado.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem Sancionado, e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O vencimento que deve perceber José Antonio de Miranda Ramalho, aposentado no officio de Juiz da Balança da Alfandega desta Côrte, será regulado pela lotação do mesmo officio, com attenção aos annos de serviço na Repartição, em conformidade da Lei de quatro de Outubro de mil oitocentos trinta e um.

Manoel Alves Branco, do Conselho do Mesmo Augusto Senhor, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do The-

souro Publico Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Abril de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

Manoel Alves Branco.

Francisco Ramiro de Assis Coelho.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 5 de Maio de 1840.

João Carneiro de Campos.

DECRETO N. 98 — de 28 de Abril de 1840.

Autorisando a Fabrica da Igreja Matriz de Santa Anna da villa do Principe, na Provincia do Rio Grande do Norte, para poder possuir um terreno, que lhe fôra doado, e para adquirir bens de raiz até o valor de oito contos de réis.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica autorisada a Fabrica da Igreja Matriz de Santa Anna da villa do Principe, na Provincia do Rio Grande do Norte, para poder possuir o terreno que lhe fôra doado em mil setecentos oitenta e cinco por Antonio Luiz de Souza, Antonio Francisco dos Santos e suas mulheres.

Art. 2.º E' igualmente autorisada a mesma Fabrica para adquirir bens de raiz na dita Freguezia até o valor de oito contos de réis.

Ficão revogadas as Leis em contrario.

Francisco Ramiro de Assis Coelho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Abril de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

Francisco Ramiro de Assis Coelho

DECRETO N. 99 — de 28 de Abril de 1840.

Autorisando a Camara Municipal do Rio de Janeiro, para levar a effeito a convenção por ella celebrada sobre o terreno do Largo do Machado, onde se pretende edificar a Igreja Matriz da Freguezia de Nossa Senhora da Gloria.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica autorisada a Camara Municipal do Rio de Janeiro, para levar a effeito a convenção por ella celebrada sobre o terreno do Largo do Machado, onde se pretende edificar a Igreja Matriz da Freguezia de Nossa Senhora da Gloria, na conformidade da respectiva acta, e informações da mesma Camara de vinte um de Julho de mil oitocentos trinta e oito.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Francisco Ramiro de Assis Coelho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Abril de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE AARUJO LIMA.

Francisco Ramiro de Assis Coelho.

DECRETO N. 100 — de 28 de Abril de 1840.

Applicando para a edificação da Igreja Matriz da Freguezia de Santa Anna da cidade do Rio de Janeiro, as obras da casa destinada para cadêa, começada no largo fronteiro á rua das Flores.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Ficão applicadas para edificação da Igreja Matriz da Freguezia de Santa Anna da cidade do Rio de Janeiro, debaixo da administração da Irmandade do Santissimo Sacramento da mesma Freguezia, salvos os direitos Parochiaes, as

obras da casa destinada para cadêa, que se principiou a levantar no largo fronteiro á rua das Flores, com todos os materiaes alli existentes, pertencentes ás ditas obras, e o terreno que fôr necessario para a mesma Matriz.

Francisco Ramiro de Assis Coelho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Abril de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

Francisco Ramiro de Assis Coelho.



DECRETO N. 101 — de 30 de Abril de 1840.

Sobre Tença.

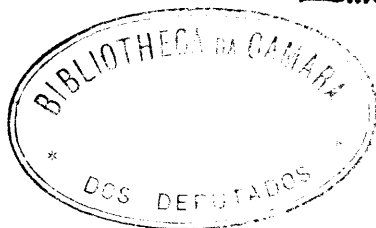
Approvando a tença annual de cento e vinte mil réis, concedida ao Coronel reformado Lopo da Cunha d'Eça e Costa.



DECRETO N. 102 — de 30 de Abril de 1840.

Sobre Tença.

Approva a tença annual de cento e vinte mil réis, concedida ao Capitão de Fragata Antonio Pedro de Carvalho.



DECRETO N. 103 — de 30 de Abril de 1840.

Sobre Tença.

Approva a tença annual de cem mil réis, concedida a o Tenente Coronel João Rebello de Vasconcellos de Souza Coelho Henriques.

DECRETO N. 104 — de 9 de Maio de 1840.

Sobre Pensão.

Approvando a pensão annual de trinta e seis mil e quinhentos réis, concedida, por Decreto de doze de Novembro de mil oitocentos trinta e oito, a Pedro da Silva, Soldado que foi do esquadrão de Cavallaria da Legião de S. Paulo.

LEI N. 105.— de 12 de Maio de 1840.

Interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Elle Sanccionou a Lei seguinte.

Ari. 1.º A palavra — Municipal — do art. 10, § 4.º do Acto Addicional, comprehende ambas as anteriores — Policia, e Economia —, e a ambas estas se refere a clausula final do mesmo artigo—precedendo Propostas das Camaras.— A palavra — Policia — comprehende a Policia Municipal, e Administrativa sómente, e não a Policia Judiciaria.

Art. 2.º A faculdade de crear, e supprimir Empregos Municipaes, e Provinciaes, concedida ás Assembléas de Provincia pelo § 7.º do art. 10 do Acto Addicional, sómente diz respeito ao numero dos mesmos Empregos, sem al-

teração da sua natureza, e attribuições, quando forem estabelecidos por Leis Geraes relativas a objectos sobre os quaes não podem legislar as referidas Assembléas.

Art. 3.º O § 11 do mesmo art. 10 sómente comprehende aquelles Empregados Provinciaes, cujas funções são relativas a objectos sobre os quaes podem legislar as Assembléas Legislativas de Provincia, e por maneira nenhuma aquelles que são creados por Leis Geraes relativas a objectos da competencia do Poder Legislativo Geral.

Art. 4.º Na palavra — Magistrado — de que usa o art. 11 § 7.º do Acto Additional, não se comprehendem os Membros das Relações, e Tribunaes Superiores.

Art. 5.º Na decretação da suspensão, ou demissão dos Magistrados, procedem as Assembléas Provinciaes como Tribunal de Justiça. Sómente podem portanto impôr taes penas em virtude de queixa, por crime de responsabilidade a que ellas estão impostas por Leis criminaes anteriores, observando a fôrma de processo para taes casos anteriormente estabelecida.

Art. 6.º O Decreto de suspensão, ou demissão, deverá contêr: 1.º, o relatorio do facto; 2.º, a citação da Lei, em que o Magistrado está incurso; 3.º, uma succinta exposição dos fundamentos capitaes da decisão tomada.

Art. 7.º O art. 16 do Acto Additional comprehende implicitamente o caso, em que o Presidente da Provincia negue a Sanção a um Projecto por entender que offende a Constituição do Imperio.

Art. 8.º As Leis Provinciaes, que forem oppostas á interpretação dada nos artigos precedentes, não se entendem revogadas pela promulgação desta Lei, sem que expressamente o sejam por actos do Poder Legislativo Geral.

Manda portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e a execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em doze de Maio de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia, e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

Francisco Ramiro de Assis Coelho.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, em que se interpretação alguns artigos da Reforma Constitucional, como acima se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Albino dos Santos Pereira a fez.

Francisco Ramiro de Assis Coelho.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 15 de Maio de 1840.

João Carneiro de Campos.

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio foi publicada a presente Lei aos 20 de Maio de 1840.

Antonio José de Paiva Guedes de Andrade.

Registrada nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio a folhas 78 v. do Liv. 7.º de Leis, Alvarás, e Cartas. Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1840.

Joaquim José Lopes.



DECRETO N. 106.— de 15 de Maio de 1840.

Sobre Pensão.

Approva a Pensão annual de cento e cincoenta mil réis, concedida a D. Maria Benedicta Doria Soares, em remuneração dos serviços prestados pelo seu fallecido marido o Tenente de Artilharia José Francisco Soares.



DECRETO N. 107.— de 15 de Maio de 1840.

Sobre Tença.

Approva a Tença annual de cento e vinte mil réis, concedida ao Capitão de Fragata da Armada Nacional e Imperial Rodrigo Theodoro de Freitas.



LEI N. 108—de 26 de Maio de 1840.

Fixando a despesa, e orçando a receita para o anno financeiro de 1840—1841.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os Subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Elle Sanccionou a Lei seguinte:

CAPITULO I.

DESPEZA GERAL.

Art. 1.º A Despesa Geral do Imperio para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1840 a 30 de Junho de 1841 é fixada na quantia de..... 19.073:857\$851

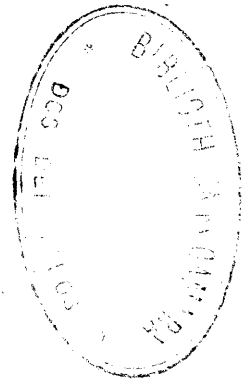
A qual será distribuida pelo seis diversos Ministerios na fôrma especificada nos artigos seguintes:

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio é autorizado para despendar com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de... 1.809:787\$400

1.º Dotação de Sua Magestade o Imperador, desde já..... 240:000\$000

2.º Alimentos de Suas Altezas Imperiaes..... 16:800\$000

3.º Dotação de Sua Magestade Imperial a Duqueza de Bragança.....	50:000\$000
4.º Ordenado do Tutor e Mestres, e despezas de Instrucção.....	18:064\$000
5.º Regente.....	20:000\$000
6.º Secretaria de Estado.	31:860\$000
7.º Presidentes de Províncias, e ajudas de custo.	76:400\$000
8.º Camara dos Senadores e Secretaria.....	211:128\$600
9.º Dita dos Deputados, idem.....	275:328\$000
10. Cursos Juridicos....	86:040\$000
11. Escolas de Medicina.	83:840\$000
12. Academia de Bellas Artes.....	9:421\$000
13. Museo.....	4:024\$000
14. Junta do Commercio.	21:379\$000
15. Empregados de visitas de saude nos portos maritimos.....	16:695\$400
16. Correio Geral, e Paquetes de vapor.....	362:000\$000
17. Canaes, pontes, estradas geraes, incluída a quantia de 20:000\$ decretada na Lei para a obra da de Mato Grosso a S. Paulo.	50:000\$000
18. Despezas eventuaes..	12:000\$000



No Municipio da Côrte.

19. Escolas menores de instrucção publica.....	26:576\$000
20. Bibliotheca Publica..	7:414\$000
21. Jardim Botânico....	11:798\$000
22. Passeio publico.....	2:400\$000
23. Vaccina.....	1:750\$000
24. Illuminação.....	82:270\$000
25. Obras Publicas.....	90:500\$000
26. Instituto Historico e Geographico Brasileiro, sendo obrigada a respectiva Di-	

recção a dar conta ao Governo do emprego desta quantia..... 2:000\$000

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça é autorizado para despendar com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de.....

909:471\$689

1.º Secretaria de Estado. 25:564\$200
2.º Supremo Tribunal de Justiça..... 68:600\$000
3.º Relações..... 175:283\$335
4.º Guardas Nacionaes.. 130:000\$000
5.º Bispos, e Relação Ecclesiastica, incluída a quantia de 1:200\$ para sustentação do Bispo resignatario D. Thomaz de Noronha, desde já..... 22:813\$334
6.º Telegraphos..... 8:242\$240
7.º Despezas eventuaes.. 8:000\$000

No Municipio da Côte.

8.º Capella Imperial, e Cathedral do Rio de Janeiro. Ficção, desde já, as Congruas dos Thesoureiros, e Confessores igualadas ás dos Capellães..... 57:083\$100
9.º Parochos, e Coadjuutores, ficando elevado a 200\$ o vencimento destes. 14:464\$280
10. Justiças territoriaes.. 10:600\$000
11. Policia e Segurança Publica..... 40:821\$200
12. Guardas Nacionaes, ficando esta quantia comprehendida na despesa acima decretada no § 4.º..... 15:200\$000
13. Guardas Municipaes Permanentes..... 200:000\$000
14. Lazaros..... 10:000\$000
15. Casa de prisão com trabalho, e reparos de Ca-

dêas, augmentada a consi-
gnação para aquella com
2:000\$ mensaes. 88:000\$000

16. Condução, sustento,
e vestuario de presos pobres. 22:000\$000

17. Despezas eventuaes. 8:000\$000

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Es-
tado dos Negocios Estrangeiros é autorizado
para despende com os objectos designados
nos seguintes paragraphos a quantia de..

1.º Secretaria de Estado. 28:348\$800

2.º Comissões Mixtas na
Côrte..... 8:966\$000

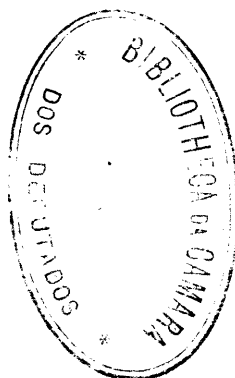
3.º Dita em Serra Leoa ao
par de 43 1/2..... 6:718\$700

4.º Legações, Consulados,
ajudas de custo, ao mes-
mo cambio..... 139:466\$500

5.º Cópia do Archivo Por-
tuguez..... 6:500\$000

6.º Diferença do cambio
entre o par de 43 1/2 em
que estão calculadas as som-
mas decretadas nos §§ 3.º
e 4.º, e o medio de 31 em
que se farão as remessas de
taes sommas..... 58:945\$685

282:945\$685



Art. 5.º O Ministro e Secretario de
Estado dos Negocios da Marinha é autori-
sado para despende com os objectos de-
signados nos seguintes paragraphos a quantia
de.....

1.º Secretaria de Estado. 28:685\$920

2.º Quartel General.... 1:745\$600

3.º Conselho Supremo Mi-
litar..... 2:650\$000

4.º Auditoria..... 2:342\$000

5.º Corpo da Armada, e
Classes annexas..... 163:943\$680

6.º Dito da Artilharia.. 147:689\$320

7.º Intendencias..... 63:853\$000

8.º Arsenaes..... 749:842\$830

9.º Hospitaes..... 19:035\$000

10. Navios armados.... 1.348:629\$400

11. Ditos desarmados... 69:001\$430

2.876:667\$757

12. Transportes.....	69:485\$251
13. Pharóes.....	45:965\$016
14. Obras Nacionais...	13:026\$975
15. Academia de Mari- nha.....	23:600\$000
16. Escolas.....	3:680\$000
17. Reformados.....	53:492\$335
18. Despezas extraordina- rias.....	30:000\$000
19. Compra de uma Ma- china de escavação para ser empregada no melhora- mento do porto de Pernambuco, e despezas deste.....	40:000\$000

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Es-
tado dos Negocios da Guerra é autorizado
para despendere com os objectos designados
nos seguintes paragraphos a quantia de... 4.932:425\$929

1.º Secretaria de Estado.	28:714\$800
2.º Conselho Supremo Mi- litar.....	19:403\$334
3.º Commando de armas.	18:824\$000
4.º Officiaes Generaes...	28:723\$920
5.º Officiaes Engenheiros.	34:756\$000
6.º Ditos de Linha...	392:108\$200
7.º Ditos da extincta 2.ª Linha que vencem soldo..	81:173\$490
8.º Forças de Linha....	2.789:136\$700
9.º Ditas fóra da Linha..	321:097\$700
10. Artifices e Aprendizizes menores.....	148:676\$400
11. Hospitaes Regimen- taes.....	33:502\$500
12. Escola Militar.....	29:880\$000
13. Archivo Militar, e Of- ficina Lithographica.....	7:561\$000
14. Reformados.....	519:363\$203
15. Arsenaes e armazens de artigos bellicos.....	262:314\$000
16. Gratificações e forra- gens aos Officiaes empre- gados.....	42:755\$600
17. Obras militares....	50:300\$000
18. Despezas diversas, e eventuaes, incluída a quan- tia de 20:000\$ para paga-	

mento do soldo aos Officiaes
comprehendidos na Resolu-
ção de 13 de Setembro de
1831..... 124:135\$080

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Es-
tado dos Negocios da Fazenda é autorizado
para despendar com os objectos designados
nos seguintes paragraphos a quantia de... 8.262:559\$355

1.º Divida externa funda-
da (£ 350.414 ao cambio
par de 43¹/_s)..... 2.168:966\$66

2.º Diferença de cambio
nas remessas para pagamen-
to dos juros e amortização
da mesma divida, calculan-
do-se este pelo medio de 31
ds. por 1\$000..... 553:593\$334

3.º Divida interna fun-
dada..... 2.170:000\$000

4.º Pagamento dos juros
das Apolices emittidas na
Bahia, cuja inscripção se
mandára annullar pela or-
dem de 26 de Novembro
de 1836..... 2:880\$000

5.º Caixa da Amortização
e filial na Bahia, e Em-
pregados no resgate e subs-
tituição do papel moeda.. 38:620\$000

6.º Pensionistas do Esta-
do..... 380:809\$801

7.º Aposentados..... 192:689\$288

8.º Empregados de Repar-
tições extinctas..... 70:392\$260

9.º Tribunal do Thesouro 65:363\$000

10. Thesourarias filiaes nas
Provincias, ficando elevada
a 600\$000 a gratificação do
Solicitador da Fazenda na
Bahia..... 244:200\$000

11. Alfandegas..... 680:000\$000

12. Consulados..... 123.000\$000

13. Mesas de Rendas, Re-
cebedorias e Collectorias... 150:000\$000

14. Casa da Moeda.... 31:400\$000

15. Fundição de typos.. 3:972\$000

16. Almoxarifados existentes	2:221\$000
17. Administração dos Proprios Nacionaes	5:452\$000
18. Côte e conducção de pão-brasil, desconto de bilhetes da Alfandega, pagamento de bens de defuntos e ausentes, depositos, e restituições de direitos, incluída a quantia de 80:000\$ que será de mais applicada para compra de pão-brasil, podendo o Governo despender para este fim até igual somma no anno financeiro de 1839 a 1840.....	230:000\$000
19. Construcção de obras e reparo de edificios que estão a cargo deste Ministerio, incluída a quantia de 12:000\$, desde já, para continuação do caes do Varadouro na Cidade da Parahiba.....	102:000\$000
20. Despezas eventuaes..	50:000\$000
21. Com o supprimento ás Provincias na conformidade do art. 13 desta Lei.	693:000\$000

CAPITULO II.

RECEITA GERAL.

Art. 8.º E' fixada a Receita Geral do Imperio para o anno financeiro desta Lei na quantia de... **17.700:000\$000**

Art. 9.º Pertencem á Receita Geral do Imperio as seguintes imposições.

- 1.º Direitos de 15 por cento de importação.
- 2.º Imposto addicional sobre bebidas espirituosas.
- 3.º Direitos de 30 por cento sobre o chá.
- 4.º Ditos de 50 por cento sobre a polvora.
- 5.º Ditos de 2 por cento de baldeação.
- 6.º Ditos de 2 por cento de reexportação.

7.º Ditos de 13 por cento addicionaes de baldeação e reexportação dos generos despachados para a Costa da Africa.

8.º Ditos de $1\frac{1}{2}$ por cento de expediente.

9.º Ditos de $\frac{1}{2}$ por cento dito dos generos nacionaes.

10. Ditos de $\frac{1}{2}$ por cento de premios dos assignados.

11. Ditos de $\frac{1}{2}$ por cento de armazenagem.

12. Multas por infracção dos Regulamentos, e faltas de manifesto.

13. Ancoragem.

14. Direitos de 15 por cento das embarcações estrangeiras que passão a ser nacionaes.

15. Ditos de 7 por cento de exportação.

16. Ditos de 2 por cento dos objectos exceptuados.

17. Ditos de 15 por cento nos couros da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

18. Expediente das Capatazias.

19. Taxas do Correio Geral.

20. Braçagem do fabrico das moedas de ouro e prata.

21. Contribuições para o Monte-pio.

22. Direitos novos e velhos dos empregos e officios geraes, Chancellaria e Ordens Militares.

23. Dizima da Chancellaria.

24. Decima de uma legua além da demarcação.

25. Dita adicional das Corporações de mão morta.

26. Direitos de Chancellaria das mesmas.

27. Emolumentos de certidões.

28. Fóros de terrenos de Marinhass, excepto no Municipio da Côrte.

29. Laudemios.

30. Imposto sobre a mineração,

31. Juros das Apolices.

32. Matriculas nos Cursos Juridicos, e Escolas de Medicina, e multas das Academias.

33. Premios dos Depositos Publicos, Saques, Letras, e Loterias.

34. Sello de Letras.

35. Siza dos bens de raiz.

36. Renda diamantina, de proprios nacionaes, dos Arsenaes e estabelecimentos de Administração Geral.

37. Producto da venda de proprios nacionaes, póo-brasil, polvora, e outros generos de propriedade nacional sujeitos a Administração Geral.

38. Agio de moedas e de barras.

39. Alcances de Thesoureiros e Recebedores geraes.

40. Bens de Defuntos e Ausentes

41. Reposições e restituições de Rendass, e despezas geraes.

42. Cobrança de divida activa de Rendas Geraes, inclusive metade da de Rendas Provinciaes, anterior ao 1.º de Julho de 1836.

43. Um quarto por cento da reforma das Apolices.

44. Dons gratuitos.

45. Joias da Ordem Imperial do Cruzeiro.

46. Mestrado de Ordens Militares e tres quartos das Tenças.

47. Rendimento do evento.

48. Remanecentes de Depositos, e Caixas Publicas.

49. Alienação de Capellas vagas.

No Municipio da Côrte.

50. Decima dos predios urbanos.

51. Donativos e terças partes de Officios.

52. Dizimos de exportação.

53. Emolumentos de Policia.

54. Imposto de 20 por cento no consumo da aguardente.

55. Imposto sobre as casas de leilão e modas.

56. Imposto sobre o gado de consumo.

57. Meia Sisa dos Escravos.

58. Sello das Heranças, e Legados.

Rendas com applicação especial.

59. Tres e meio por cento de armazenagem addicional.

60. Oito por cento das Loterias.

61. Imposto sobre as Lojas, etc.

62. Imposto sobre seges, carruagens, e carrinhos, que ficao sujeitos ao mesmo imposto, ou sejam tirados por parelhas, ou por um só cavallo, ou besta.

63. Imposto sobre barcos do interior.

64. Imposto de 5 por cento na venda de embarcações Nacionais.

65. Imposto do Sello do papel.

66. Taxa dos escravos.

67. Productos dos Contractos com as novas Companhias de mineração.

68. Productos da moeda de cobre inutilisada.

69. Sobras da Receita Geral.

Art. 10. Fica orçada a Receita das imposições ordinarias para o anno financeiro desta Lei na quantia de 16.500:000\$000

CAPITULO III.

Disposições Geraes.

Art. 11. Ficão em vigor todas as disposições da Lei de 20 de Outubro de 1838, n. 60, que não versarem particularmente sobre a fixação da Renda e Despesa, que não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 12. Os prazos permittidos por Lei para pagamento da Sisa dos bens de raiz não poderão exceder de dez annos.

Art. 13. O imposto do chá importado será elevado a 50 por cento.

Art. 14. O Governo é autorizado a despende até a quantia de 14.000\$000 para remir a Fazenda do Corrego Secco, sita no alto da Serra da Estrella, que, no inventario do fallecido Imperador o Senhor D. Pedro I., foi lançada aos credores. A referida Fazenda ficará pertencendo a S. M. o Imperador, e aos seus Successores, sendo incorporada aos Proprios Nacionaes.

Art. 15. Os supprimentos destinados para cobrir o deficit das Rendas Provinciaes ficão fixados, para se verificarem no anno financeiro desta Lei na quantia de 669.000\$000, repartidos pelas Provincias abaixo declaradas na fôrma seguinte:

A' Provincia da Bahia.....	150:000\$000
» de Pernambuco.....	150:000\$000
» de Minas Geraes.....	80:000\$000
» do Pará.....	40:000\$000
» das Alagoas.....	30:000\$000
» de Mato Grosso.....	25:000\$000
» de Goyaz.....	25:000\$000
» do Espirito Santo.....	20:000\$000
» de Piauihy.....	20:000\$000
» de Sergipe.....	20:000\$000
» do Rio Grande do Norte....	15:000\$000
» de Santa Catharina.....	10:000\$000
» da Parahiba.....	20:000\$000
» do Maranhão.....	64:000\$000
» do Ceará.....	24:000\$000

Art. 16. O Governo poderá despende as quantias necessarias com os novos Commandos de Armas naquellas Provincias, onde os exijão as necessidades do Serviço Publico, para cuja creação fica desde já autorisado.

Art. 17. Será supprimida a Officina de Fundição de Typos, e bem assim a despesa, que importa annualmente o seu custeio, logo que esteja concluido o tempo do contracto celebrado pelo Governo com o Mestre para este fim contractado.

Art. 18. O Governo fica autorizado para empregar na compra de instrumentos cirurgicos, e na continuação da subscrição de livros já começada, o remanecente de dez contos de réis da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, que pela Lei de 20 de Outubro de 1838 forão applicados para compra de Laboratorios de Physica e Chimica.

Art. 19. O prazo livre de trinta dias, concedido para os generos de estiva pelo § 3.º do art. 16 da Lei de 20 de Outubro de 1838, fica reduzido ao de dez dias para todos os liquidos contidos em cascos.

Art. 20. O Governo fará, desde já, recolher aos Cofres Publicos a importancia dos dividendos do extincto Banco não devidamente reclamados pelos seus respectivos proprietarios, na forma do art. 91 da Lei de 24 de Outubro de 1832.

Art. 21. Fica o Governo autorizado, desde já, para despende até a quantia de 6:000\$000 com as explorações necessarias, a fim de se verificar se é ou não verdadeiro carvão de pedra o da mina existente na Provincia das Alagôas, e qual a capacidade, e extensão da mesma mina.

Art. 22. O Governo não poderá executar, sem previa approvação da Assembléa Geral Legislativa, a reforma que foi autorizado a fazer nas Secretarias de Estado pelo art. 32, da Lei de 20 de Outubro de 1838. Nem as aposentadorias de Empregados das mesmas Secretarias, anteriores á autorisação dada ao Governo pela referida Lei, produzirão o effeito sem a mesma approvação.

Art. 23. A Camara Municipal da Côte, com o relatorio competente, remetterá o Orçamento annual de sua Receita e Despesa ao Governo, o qual, approvando-o com as alterações que lhe parecerem convenientes, ou sem ellas, o mandará executar por um Decreto.

Art. 24. As contas da sobredita Camara serão remettidas á Assembléa Geral Legislativa depois de serem approvadas pelo Governo, perante quem serão prestadas annualmente.

Art. 25. Os emolumentos da Secretaria do Thesouro serão d'ora em diante regulados pelas Tabellas das Secretarias da Justiça e do Imperio.

Art. 26. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a

cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario do Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte seis de Maio de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

José Antonio da Silva Maia.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, orçando a Receita e fixando a Despesa Geral do Imperio para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1840 ao ultimo de Junho 1841, e dando outras providencias, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim de Almeida Sampaio a fez.

Paulino José Soares de Souza.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 27 de Maio de 1840.

João Carneiro de Campos.

Foi publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 27 de Maio de 1840.

João Maria Jacobina.

Registada a folha 93 do Liv. 1.º de semelhantes.

Julio Pereira Vianna de Lima.



DECRETO N. 109—de 2 de Junho de 1840.

Approva a Pensão annual de trezentos mil réis, concedida a menor Elisa Vaz de Pinho Carapeba.



DECRETO N. 110—de 2 de Junho de 1840.

Declara nulla, e como tal de nenhum effeito, a Lei da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe demittindo o Bacharel Manoel Joaquim de Souza Brito do Lugar de Juiz de Direito da Comarca da Estancia da mesma Provincia.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, Tem Sanccionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. E' nulla, e como tal fica declarada de nenhum effeito, a Lei da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, datada em oito de Março de mil oitocento trinta e sete, demittindo o Bacharel Manoel Joaquim de Souza Brito do lugar de Juiz de Direito da Comarca da Estancia da mesma Provincia.

Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Junho de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N. 111—de 2 de Junho de 1840.


Approva a Tença annual de oitenta mil réis, concedida ao Tenente Coronel Anaeto José de Souza Castro.

DECRETO N. 112—de 2 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de oitenta mil réis, concedida ao Tenente Coronel João Marques de Carvalho.


DECRETO N. 113 — de 2 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de oitenta mil réis, concedida ao Tenente Coronel reformado Vicente Ferreira Nobre.




DECRETO N. 114 — de 2 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de cento e vinte mil réis, concedida ao Tenente Coronel Cypriano José de Almeida.




DECRETO N. 115 — de 3 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de duzentos e vinte mil réis, concedida ao Capitão de Mar e Guerra Guilherme Cypriano Ribeiro.



DECRETO N. 116 — de 3 de Junho de 1840.

Approva a Pensão annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida a cada uma das filhas do Tenente General Manoel Jorge Rodrigues.



DECRETO N. 117 — de 3 de Junho de 1840.

Approva a Aposentadoria concedida ao Padre Francisco Manoel da Silva, na Cadeira de Grammatica Latina da Villa de Nossa Senhora do Bom Successo de Minas Novas, na Provincia de Minas.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de vinte de Junho de mil oitocentos trinta e tres, ao Padre Francisco Manoel da Silva, na Cadeira de Grammatica Latina da Villa de Nossa Senhora do Bom Successo de Minas Novas, na Provincia de Minas Geraes, com o mesmo ordenado de quatrocentos mil réis, que percebia enquanto exerceu o magisterio.

Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Junho de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N. 118 — de 3 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de duzentos e vinte mil réis, concedida ao Coronel Visconde da Praia Grande.

DECRETO N. 119 — de 4 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida ao Coronel Visconde de Castro.

DECRETO N. 120—de 4 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de oitenta mil réis, concedida ao Tenente Coronel reformado Francisco Diogo Vellez.

DECRETO N. 121—de 6 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de duzentos e vinte mil réis, concedida ao Brigadeiro reformado Bernardo José Pinto Gavião Peixoto.

DECRETO N. 122—de 6 de Junho de 1840.

Approva a Pensão annual de trezentos mil réis, concedida ao Major Solidonio José Antonio Pereira do Lago.

DECRETO N. 123.—de 12 Junho de 1840.

Approva a Pensão de duzentos e quarenta mil réis, concedida ao Vice-Almirante reformado Tristão Pio dos Santos, para verificar-se na pessoa de sua filha D. Henriqueta Adelaide Pio.

DECRETO N. 124 — de 20 de Junho de 1840.

Declara o vencimento, que d'ora em diante deve perceber Feliciano da Silva Tavares, aposentado no lugar de Recebedor do Sello, Novos e Velhos Direitos da Provincia da Bahia.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, Tem Sanccionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O vencimento, que d'ora em diante deve perceber Feliciano da Silva Tavares, aposentado no Lugar de Recebedor do Sello, Novos e Velhos Direitos da Provincia da Bahia, será regulado pelo ordenado que percebia na data do Decreto da sua aposentadoria.

Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N. 125 — de 20 de Junho de 1840.

Approva a Pensão annual de cem mil réis, concedida a Luiz da Rocha de Souza, Soldado da Guarda Policial da Villa de Santarem da Provincia do Pará.

DECRETO N. 126 — de 20 de Junho de 1840.

Approva a Tença annual de cem mil réis, concedida ao Major reformado de Cavallaria Manoel do Nascimento da Rocha Monteiro.

DECRETO N. 127 — de 20 de Junho de 1840.

Approva a Aposentadoria concedida a Daniel Rodrigues de Souza, no lugar de Escrivão da Mesa de Diversas Rendas da Provincia da Bahia.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida por Decreto de onze de Setembro de mil oitocentos trinta e sete a Daniel Rodrigues de Souza, no lugar de Escrivão da Mesa de Diversas Rendas da Provincia da Bahia, com o ordenado que lhe competir, conforme a Lei de quatro de Outubro de mil oitocentos trinta e um.

Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N. 128 — de 23 Junho de 1840.

Reduzindo a dez por cento os direitos que paga a Imperial Sociedade de Mineração Brasileira do Gongo Soco.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os direitos de vinte por cento, que em virtude da Resolução de seis de Outubro de mil oitocentos trinta e sete actualmente paga a Imperial Sociedade de Mineração Brasileira do Gongo Soco, ficão reduzidos do anno financeiro de mil oitocentos e quarenta a mil oitocentos quarenta e um em diante a dez por cento.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Conselho do mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios

LEIS DE 1840 PARTÉ I. 4.

da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Junho de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

PEDRO DE ARAUJO LIMA.

José Antonio da Silva Maia.

DECRETO N. 129 — do 1.º de Julho de 1840.

Sobre Aposentadoria.

Approvando a Aposentadoria concedida por Decreto de 3 de Março de 1837 a Joaquim José Teixeira, no lugar de Eserevente, e annexos da Typographia Nacional.

DECRETO N. 130 — do 1.º de Julho de 1840.

Sobre Aposentadoria.

Approvando a Aposentadoria concedida por Decreto de 31 de Janeiro de 1840 a Silverio Caetano da Costa, no lugar de Administrador Geral dos serviços Diamantinos de Tejuco, percebendo o seu ordenado por inteiro.

DECRETO N. 131 — do 1.º de Julho de 1840.

Approva a Tença annual de duzentos e vinte mil reis, concedida ao Coronel de Artilharia João Eduardo Pereira Collaço Amado.

DECRETO N. 132 — do 1.º de Julho de 1840.

Approva a Tença annual de duzentos e vinte mil reis, concedida ao coronel de Artilharia do Exercito Vicente Antonio Buys.

DECRETO N. 133 — do 1.º de Julho de 1840.

Approva a Pensão annual de quatrocentos mil reis, concedida a D. Antonia Benedicta de Castro e Faria.

DECRETO N. 134 — de 15 de Julho de 1840.

Approva a Tença annual de oitenta mil réis, concedida ao Major de Artilharia da Marinha Luiz Manoel Gonçalves.

DECRETO N. 135 — de 4 de Agosto de 1840.

Declarando o vencimento do Conselheiro de Fazenda aposentado João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O vencimento, que deve perceber o Conselheiro de Fazenda aposentado João Sabino de Mello Bulhões Castello Branco, será igual ao ordenado que percebia no extinto Tribunal quando foi aposentado.

Art. 2.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e

Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Agosto de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

DECRETO N. 133—de 7 de Agosto de 1840.

Sobre Tença.

Approva a Tença annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida ao Coronel de Cavallaria Joaquim José de Moraes e Abreu.

DECRETO N. 137—de 7 de Agosto de 1840.

Sobre Tença.

Approva a Tença annual de sessenta mil réis, concedida ao Major reformado Joaquim José Ribeiro Maiato.

DECRETO N. 138—de 14 de Agosto de 1863.

Approva a Aposentadoria concedida ao Conego Januario da Cunha Barbosa, na Cadeira de Philosophia Racional e Moral desta Cidade.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Aposentadoria concedida por Decreto de 10 de Janeiro do 1835 ao Conego Januario da Cu-

nha Barbosa, na Cadeira de Philosophia Racional e Moral desta Cidade, com o mesmo ordenado de seissentos mil réis annuaes que percebia durante o Magisterio.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magesta o Imperador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.



DECRETO N. 139—de 14 de Agosto de 1840.

Sobre Pensão.

Approva a Pensão annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida a D. Constança Maria da Silva, e a de cem mil réis a cada um de seus quatro filhos menores.



DECRETO N. 140—de 14 de Agosto de 1840.

Sobre Tença.

Approva a Tença annual de duzentos e vinte mil réis, concedida ao Coronel Carlos José de Mello.



DECRETO N. 141—de 14 de Agosto de 1840.

Approva a Aposentadoria concedida ao Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, na Cadeira de Rhetorica do Collegio das Artes da Academia Juridica da Cidade de Olinda.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Aposentadoria concedida por Decreto de 10 de Dezembro de 1839 ao Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, na Cadeira de Rhetorica do Collegio das Artes da Academia Juridica da Cidade de Olinda, com o mesmo ordenado de seiscentos mil réis annuaes, que percebia durante o Magisterio.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

DECRETO N. 142—de 14 de Agosto de 1840.

Sobre Tença.

Approva a Tença annual de cento e quarenta mil réis, concedida ao Coronel reformado Joaquim da Silva Diniz.

DECRETO N. 143—de 14 de Agosto de 1840.

Sobre Tença.

Approva a Tença annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida ao Brigadeiro reformado Francisco de Ornellas Telles Barreto de Menezes.

DECRETO N. 144—de 18 de Agosto de 1840.

Sobre Tença.

Approva a Tença annual de duzentos e vinte mil réis, concedida ao Coronel Thomaz Antonio da Silveira.

DECRETO N. 145—de 18 de Agosto de 1840.

Concede a Antonio Luiz de Noronha e Silva, Coronel reformado de 2.^a linha, o soldo mensal de quarenta e cinco mil réis, contados desde 24 de Setembro de 1829, em lugar do soldo de vinte quatro mil réis com que fôra reformado.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.^o Antonio Luiz de Noronha e Silva, Coronel de segunda linha reformado, perceberá o soldo de quarenta e cinco mil réis mensaes, na conformidade do artigo terceiro da Carta de Lei de vinte quatro de Setembro de mil oitocentos e vinte nove, com vencimento contado da data da mesma Lei, em lugar do soldo de vinte quatro mil réis com que fôra reformado.

Art. 2.^o Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

O Senador do Imperio, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Ministro e Secretario de Estado dos Ne-

gócios da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.



DECRETO N. 146—de 26 de Agosto de 1840.

Declara de Festa Nacional o dia vinte tres de Julho.

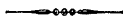
Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Será de Festa Nacional o Dia vinte tres de Julho, anniversario daquelle, em que Sua Magestade Imperial o Sr. D. Pedro II foi Acclamado Maior.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.



DECRETO N. 147—de 26 de Agosto de 1840.

Sobre Tença.

Approva a Tença annual de cem mil réis, concedida ao Tenente Coronel reformado José Theodoro de Sá e Silva.



Lei N. 148—de 27 de Agosto de 1840.

Fixando as Forças de Mar para o anno financeiro de 1841 a 1842.

D. Pedro II, por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º As Forças Navaes em tempo ordinario para o anno financeiro que ha de correr de 1841 a 1842, constará de 2.500 praças de todás as classes, e dos Navios de Guerra, que o Governo julgar conveniente armar.

Art. 2.º Em tempo extraordinario poderá o Governo elevar o numero de praças, de que trata o artigo antecedente, a 4.000 praças.

Art. 3.º O Corpo de Artilharia da Marinha será elevado ao seu estado completo.

Art. 4.º O Corpo de Imperiaes Marinheiros será elevado, logo que seja possível, ao numero de doze Companhias com cento e seis praças cada uma.

Art. 5.º Além das Companhias mencionadas no artigo antecedente, haverá outra de Aprendizizes Marinheiros, que poderá ser elevada até o numero de duzentos menores de idade de 10 até 17 annos, que ficará addida ao Corpo de Imperiaes Marinheiros.

Art. 6.º O Governo, para completar as Forças acima decretadas, fica autorizado para ajustar Maruja a premio, Nacionaes, ou Estrangeiros, e para recrutar na fórma das Leis em vigor.

Art. 7.º Fica tambem autorizado o Governo para, além do soldo, dar ás praças do Corpo de Artilharia da Marinha, que, concluindo o seu tempo de serviço, quizerem nelle continuar, uma gratificação igual ao soldo de primeira praça, enquanto forem praças de pret, e a recrutar, na fórma das Leis, as praças precisas para completar a força do referido Corpo.

Art. 8.º Os Officiaes da Armada, de Artilharia da Marinha, Fazenda, e Nautica perceberão, quando embarcados em Navios armados, o meio soldo que lhes marca a Lei de 15 de Outubro de 1836, em cuja disposição ficão comprehendidos os Officiaes Marinheiros. Os Cirurgiões, e Capellães da Armada vencerão tambem a gratificação de 40% mensaes, quando embarcados, ou effectivamente empregados nos Hospitaes.

Art. 9.º A gratificação adicional dos Cirurgiões, e Capellão de Artilharia da Marinha será tambem de 40% mensaes.

Os mesmos Cirurgiões, assim como os da Armada, são comprehendidos nas disposições em vigor do Alvará de 16 de Dezembro de 1790, e da Carta de Lei de 6 de Novembro de 1827.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar, e correr.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Agosto de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assemblêa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, para regular as Forças Navaes activas no anno financeiro que ha de correr do 1.º de Julho de 1841 até o ultimo de Junho de 1842, na fôrma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Luiz Ribeiro Peixoto a fez.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 3 de Setembro de 1840.

João Carneiro de Campos.

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha foi publicada esta Lei em 4 de Setembro de 1840.

Manoel Carneiro de Campos.

Registrada a folhas 26 verso do Livro 1.º de Cartas de Leis. Secretaria de Estado em 5 de Setembro de 1840.

Luiz Ribeiro Peixoto.

LEI N. 149 — de 27 de Agosto de 1840.

Fixando as Forças de Terra para o anno financeiro de 1841 a 1842.

Dom-Pedro Segundo, por Graça de Deus, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º As Forças de Terra para o anno financeiro de mil oitocentos quarenta e um a mil oitocentos quarenta e dous constarão:

§ 1.º Dos Officiaes Generaes, dos do Estado Maior do Exercito, Praças, e Arsenaes, Corpo de Engenheiros, e Officiaes dos Corpos.

§ 2.º De treze mil praças de pret de Linha, em circumstancias ordinarias, e dezaseis mil em extraordinarias.

§ 3.º De duas mil praças de pret fóra da Linha.

§ 4.º De oito Companhias de Artifices.

Art. 2.º As Forças de Linha, acima fixadas, serão distribuidas pela maneira seguinte:

Doze Batalhões de Caçadores.

Tres Regimentos, e quatro Esquadrões de Cavallaria Li-geira.

Cinco Batalhões de Artilharia a pé.

Um Corpo de Artilharia a cavallo.

Um Corpo de Pontoneiros, Sapadores, e Mineiros.

Art. 3.º As Forças fóra da Linha, acima designadas, serão repartidas pela fórma seguinte:

Um Corpo de Artilharia.

Um Esquadrão de Cavallaria.

Um Batalhão de Artilharia.

Uma Companhia de Cavallaria.

E oito Companhias de Caçadores de Montanha.

Art. 4.º O Governo fica autorisado para conceder uma gratificação correspondente á terça parte do soldo, além dos mais vencimentos, aos Militares que servirem activamente em qualquer parte do Imperio, aonde a ordem publica fór alterada.

Art. 5.º O mesmo Governo poderá mandar abonar ás praças dos Corpos do Exercito, que, podendo obter baixa por terem completado o seu tempo de serviço, quizerem continuar a servir, uma gratificação igual ao soldo de primeira praça emquanto forem praças de pret.

Art. 6.º Para se completarem as Forças fixadas no artigo primeiro, continuarão em vigor as disposições da Carta de Lei de 29 de Agosto de 1837.

Art. 7.º Os Alumnos approvados nos dous primeiros annos de estudos da Escola Militar, poderão ser promovidos a Officiaes, com a denominação de — Alferes Alumnos — e com as mesmas vantagens dos Alferes do Exercito, menos a Patente, a qual só terão os de Infantaria, e Cavallaria, tendo mais um anno de pratica militar, e os das Armas scientificas completando tres annos de estudos.

Uns e outros poderão depois ser admittidos nas vagas dos Corpos das respectivas Armas.

Esta disposição terá vigor desde já, e emquanto não fôr expressamente revogada.

Art. 8.º A gratificação adicional dos Cirurgiões, e Capellães do Exercito será de quarenta mil réis mensaes.

Os mesmos Cirurgiões são comprehendidos nas disposições em vigor do Alvará de dezaseis de Dezembro de mil setecentos e noventa, e da Carta de Lei de seis de Novembro da 1827.

Art. 9.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte sete do mez de Agosto de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembl'ea Geral, que Houve por bem Sanccionar, fixando as Forças de Terra para o anno financeiro de 1841 a 1842.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 3 de Setembro de 1840.

João Carneiro de Campos.

Foi publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 4 de Setembro de 1840.

João Bandeira de Gouveia.

José Antonio da Fouseca Lessa a fez.

DECRETO N. 150 — de 27 de Agosto de 1840.

Approva a Pensão annual de cento quarenta e quatro mil réis, concedida a Guilhermina Lix.

DECRETO N. 151 — de 28 de Agosto de 1840.

Marca a Dotação de Sua Magestade o Imperador, e de Sua Augusta Família.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º A Dotação de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, será da quantia de oitocentos contos de réis annuaes, os quaes são destinados para todas as despezas de Sua Imperial Casa, reparos de Palacios e Quintas, serviço e decoro do Throno; não comprehendendo porém as despezas da Capella Imperial, da Bibliotheca Publica, e das acquisições, construeções de Palacios, que a Nação julgar conveniente para a decencia e recreio do Imperador, e de Sua Augusta Família.

Art. 2.º A Dotação da Imperatriz, quando se verificar o casamento de Sua Magestade, será de noventa e seis contos de réis annuaes, comprehendendo-se nesta quantia toda a despeza de Sua Casa e serviço. No caso de viuvez Sua Pensão, ou Arrhas, será de cincoenta contos de réis.

Art. 3.º Os Alimentos do Principe Imperial serão, emquanto menor, de doze contos de réis annuaes, e de vinte quatro contos de réis, logo que tenha dezoito annos completos.

Art. 4.º Os alimentos do Principe do Grão Pará serão emquanto menor, de oito contos de réis annuaes, e de zeseis contos de réis, quando maior.

Art. 5.º Os de cada um dos Principes, e Princezas da Imperial Família, serão de seis contos de réis annuaes, emquanto menores, e quando maiores de doze contos de réis.

Art. 6.º Ficão revogadas quaesquer Leis e disposições em contrario.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de

Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Agoste de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

DECRETO N. 152—de 11 de Setembro de 1840.

Approva as disposições contendas nos arts. 4.º e 7.º das Condições, que acompanhárão o Decreto de 17 de Maio de 1838, concedendo a Gustavo Adolpho Reye faculdade para formar uma Companhia de Mineração na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão approvadas as disposições contendas nos artigos quarto e setimo das Condições, que acompanhárão o Decreto de dezasete de Maio de mil oitocentos trinta e oito, concedendo a Gustavo Adolpho Reye faculdade para formar uma Companhia de Mineração na Provincia de Minas Geraes, composta de Nacionaes e Estrangeiros, com as seguintes condições addicionaes.

1.ª A Companhia não poderá principiar os seus trabalhos de mineração em terras abandonadas, ainda quando as adquira por qualquer titulo legal, sem prévio conhecimento, e exame do Governo Provincial, ou de Delegado seu, perante quem verificar-se-ha se as terras estão nestas circumstancias, ficando outrosim obrigada a pagar de todo o metal, que extrahir das não abandonadas, os direitos estabelecidos pela Lei.

2.ª A mineração no Rio das Mortes, facultada á Companhia pelo artigo sexto das Condições, será limitada ao espaço de quatro leguas medidas pelo curso do rio entre o Ribeirão dos Prados, e o lugar fronteiro á Capella de Santa Rita.

3.ª Serão concedidas a cada um casal de Colonos, que tiver completado o tempo de seu engajamento no serviço da Companhia, quatrocentas braças em quadro de terras de-

volutas nas margens do Rio Doce, ou de seus confluente; e a Companhia se obrigará a apresentar dentro em seis annos cincoenta casaes dos mesmos Colonos, para o estabelecimento da nova Colonia, pagando a multa de duzentos mil réis por cada um casal, que faltar ao numero fixado, e depositando para este fim no Thesouro Nacional a quantia de dez contos de réis em Apolices da Divida Publica, a qual não poderá levantar, sem haver preenchido esta condição.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Setembro de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

DECRETO N. 153 — de 11 de Setembro de 1840.

Sobre Aposentadoria.

Approva a Aposentadoria concedida a João Dias Florence, no lugar de Segundo Escripturario da Thesouraria da Provincia da Bahia.

DECRETO N. 154 — de 11 de Setembro de 1840.

Sobre Aposentadoria.

Approva a Aposentadoria concedida a Francisco de Assis Cruz, no lugar de Official Maior da Contadoria da Thesouraria da Provincia de S. Paulo.

DECRETO N. 155 — de 11 de Setembro de 1840.

Sobre Aposentadoria.

Approva a Aposentadoria concedida a Francisco José Meira, no lugar de Official Maior da Thesouraria da Provincia da Parahyba.

DECRETO N. 156 — de 11 de Setembro de 1840.

Sobre Aposentadoria.

Approva a Aposentadoria concedida a Francisco José de Paula, no lugar de Feitor da extincta Mesa do Assucar da Provincia de Pernambuco.

DECRETO N. 157 — de 11 de Setembro de 1840.

Sobre Aposentadoria.

Approva a Aposentadoria concedida a Luiz José da Silva Guimarães, no lugar de Segundo Escripturario da Thesouraria da Provincia de Pernambuco.

DECRETO N. 158 — de 18 de Setembro de 1840.

Autorizando o Governo para haver por emprestimo a quantia de nove mil oitocentos e quatro contos quatrocentos sessenta e sete mil cento e dezasete réis, para pagamento da divida liquidada até Junho, e para supprimento do deficit do corrente anno financeiro.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º E' concedido ao Governo um credito da quantia de cinco mil setecentos oitenta e sete contos seiscentos e ses-

centa e dous mil setecentos e treze, a qual é destinada para pagamento da divida pertencente ao anno financeiro de mil oitocentos trinta e nove a mil oitocentos e quarenta, e anteriores, liquidada até Junho do corrente anno, e não paga.

Art. 2.º Além do credito dado ao Governo pela Lei numero cento e oito de vinte seis de Maio de mil oitocentos e quarenta, para as despesas do exercicio de mil oitocentos e quarenta a mil oitocentos quarenta e um, é o mesmo Governo autorisado para despendar mais a quantia de mil seiscentos cincoenta e cinco contos trezentos e trinta mil quinhentos oitenta e nove. Este credito será dividido pelos Ministerios na fôrma prescripta na Tabella A, annexa a esta Lei.

Art. 3.º Para supprimento do deficit resultante dos creditos dados ao Governo para as despesas pertencentes aos annos financeiros de mil oitocentos trinta e nove a mil oitocentos e quarenta, e de mil oitocentos e quarenta a mil oitocentos quarenta e um, e á deficiencia das Receitas para elles consignadas, é o mesmo Governo autorisado para haver por emprestimo, como mais vantajoso fôr ao Estado, a quantia de nove mil oitocentos e quatro contos quatrocentos sessenta e sete mil cento e dezasete.

Art. 4.º Ficão supprimidas na Lei de vinte seis de Maio de mil oitocentos e quarenta, e em cada uma das rubricas de despeza dos respectivos Ministerios, as sommas constantes da Tabella B, annexa a esta Lei.

Art. 5.º Na proxima sessão o Governo informará á Camara: 1.º, a quanto montarão os saldos no ultimo de Junho nas Provincias; 2.º, qual a importancia de sua divida nessa época já liquidada, e da que se liquidar até Dezembro; 3.º, quanto se pagou dessa divida, e a natureza della; 4.º, finalmente, o que se ficou devendo, a fim de serem então concedidos os fundos precisos, no caso que algum resto exista ainda por pagar.

Art. 6.º Ficão revogados os arts. 27, 28 e 29 da Lei n.º 60 de 20 de Outubro de 1838.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Setembro de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Antonio Paulino Limpo de Alreo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 22 de Agosto de 1840.

João Carneiro de Campos.

TABELLA A.

Distribuição do Credito Supplementar, e extraordinario concedido para o exercicio de 1840 a 1841, além do que foi aberto na Lei de 26 de Maio de 1840, pelas rubricas da dita Lei, e pelos Ministerios a quem é concedido.

MINISTERIO DO IMPERIO.

§ 1.º Augmento da Dotação de Sua Magestade Imperial.	513:000\$000	
§ 2.º Dita de dita de Suas Altezas Imperiaes.....	19:200\$000	
Para pagamento dos credores a quem foi lançada a Fazenda do Corrego Secco, na fórma do art. 14 desta Lei.	14:000\$000	
Para exploração das minas de carvão, decretadas na mesma Lei	6:000\$000	
	<hr/>	552:200\$000

MINISTERIO DA JUSTIÇA.

§ 5.º Bispo e Relação Ecclesiastica.....	5:070\$382	
§ 10. Justiças Territoriaes..	4:000\$000	
§ 3.º Relações.....	23:240\$001	
	<hr/>	32:310\$383

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS.

§ 6.º Diferença de cambio entre o de 30 e o de 43 1/2, na quantia de 34:000\$000 votada na Lei de 26 de Maio do corrente anno, e entre o de 31 e 30, na de 146:185\$200 votada na mesma Lei.....	20:335\$803	
	<hr/>	604:846\$186

Transporte.. 604:846\$186

MINISTERIO DA GUERRA.

§ 2.º Conselho Supremo Militar	2:708\$000	
§ 5.º Officiaes de Engenheiros.	10:000\$000	
§ 10. Artifices, e Aprendizizes menores.....	5:793\$000	
§ 13. Arsenaes, e Armazens de artigos bellicos.....	94:443\$020	
§ 14. Reformados.....	78:689\$617	
§ 17. Obras Militares.....	29:700\$000	
§ 8.º Forças de Linha, incluindo-se a somma precisa para gratificações de campanha.....	410:863\$300	
§ 18. Despezas diversas e eventuaes, incluidas as sommas precisas para fretamento de Vapores e Transportes.....	130:000\$000	
§ Para compra de armamento.....	100:000\$000	
§ Para compra de cavallos..	100:000\$000	
		<u>962:196\$937</u>

MINISTERIO DA FAZENDA.

§ 2.º Diferença de cambio entre o de 31 marcado na Lei, e o de 30 por que se farão as remessas.....	68:287\$446	
§§ 6 e 7. Pensionistas, e Aposentados.....	20:000\$000	
		<u>88:287\$466</u>
		Rs. 1.653:330\$589

Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1840.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

TABELLA B.

*Supressões feitas na Lei do Orçamento do exercício de
1840 a 1841, a que se refere o artigo da Lei.*

MINISTERIO DO IMPERIO.

§ 4.º Ordenado do Tutor...	4:800\$000	
§ 5.º Dito do Regente.....	20:000\$000	
	<hr/>	24:800\$000

MINISTERIO DA GUERRA.

§ 6.º Officiaes de Linha...	13:874\$000	
§ 7.º Ditos de Segunda Linha que vencem soldo.....	10:866\$000	
	<hr/>	24:740\$000
		<hr/>
		49:540\$000

MINISTERIO DA FAZENDA.

§ 2.º A parte da amortização da divida interna proveniente de 1 % das Apolices resgatadas até Junho de 1840, de juros de 6 e 5 %, e dos juros das mesmas Apolices, aquellas na importancia de 3.404:000\$000, e estas de 139:400\$000.	247:844\$000	
	<hr/>	297:384\$000
		<hr/>

Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1840.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada.



DECRETO N. 159 — de 22 de Setembro de 1840.

Autorisa o Governo para conceder Carta de naturalisação a João Estevão Seraine.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo é autorizado para conceder a João Estevão Seraine, Francez de Nação, Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro.

Art. 2.º Ficão para este fim revogadas as disposições em contrario.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Setembro de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.



DECRETO N. 160 — de 22 de Setembro de 1840.

Autorisa o Governo para conceder Carta de naturalisação a João Mamede Zefirino.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo é autorizado para conceder a João Mamede Zefirino, subdito Portuguez, Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro, dispensando para esse fim o tempo de residencia que lhe falta para completar o prazo exigido pelo art. 1.º, § 3.º da Lei de 23 de Outubro de 1832.

Art. 2.º Ficão para este effeito revogadas as Leis em contrario.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, do Meu Conselho, Ministre e Secretario de Estado dos Ne-

gócios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Setembro de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.



DECRETO N. 161 — de 22 de Setembro de 1840.

Approva a Pensão annual de trezentos mil réis, concedida a D. Delfina Maria do Nascimento.



DECRETO N. 162 — de 25 de Setembro de 1840.

Dando ao Governo um credito de mil contos de réis para o pagamento das reclamações dos subditos Portuguezes e Brasileiros.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º E' aberto ao Governo um credito de mil contos de réis para o pagamento das reclamações dos subditos Portuguezes e Brasileiros, liquidadas, e que se houverem de liquidar, na conformidade dos Tratados existentes entre as respectivas Nações.

Art. 2.º As quantias pagas aos subditos Brasileiros serão encontradas nas que o Brasil tem de pagar a Portugal em virtude do mesmo Tratado, entendendo-se para isso os respectivos Governos.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Es-

trangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Setembro de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1840.

João Carneiro de Campos.

DECRETO N. 163 — de 23 de Setembro de 1840.

Approva a Pensão annual de trezentos mil réis, concedida a D. Dorothea Magdalena da Rocha Sabino.

LEI N. 164 — de 26 de Setembro de 1840.

Fixando a despesa, e orçando a Receita para o exercicio do anno financeiro de 1841 — 1842.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

CAPITULO I.

Despeza Geral.

Art. 1.º A despeza Geral do Imperio para o exercicio do 1.º de Julho de 1841 a 30 de Junho de 1842 é fixada na quantia de..... 20.077:033\$402

A qual será distribuida pelos Ministerios, na fórma especificada nos artigos seguintes.

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio é autorisado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 2.587:750\$120

A saber :

§ 1.º Dotação de Sua Magestade o Imperador..... 800:000\$000

§ 2.º Alimentos de Suas Altezas Imperiaes..... 36:000\$000

§ 3.º Dotação de Sua Magestade Imperial a Duqueza de Bragança..... 50:000\$000

§ 4.º Ordenados e gratificações dos Mestres da Familia Imperial, que continuarão a percebê-los..... 13:664\$000

§ 5.º Secretaria de Estado, incluída a quantia de 4 contos de réis para levar-se a effeito o Estabelecimento do Archivo Publico, segundo o Decreto de 2 de Janeiro de 1838..... 35:000\$000

§ 6.º Presidentes de Provincias, e ajudas de custo, incluída a quantia de 25 contos de réis para aluguel de casas, reparo, e mobilia de Palacios..... 101:000\$000

§ 7.º Camara dos Senadores, e Secretaria..... 215:727\$000

§ 8.º Dita dos Deputados, idem..... 281:729\$000

§ 9.º Ajudas de custo para volta dos Deputados da quarta Legislatura, e vinda dos da quinta..... 70:000\$000

§ 10. Cursos Juridicos.. 79:580\$000

§ 11. Escolas de Medicina, ficando concedidos desde já ao Porteiro da Escola de Medicina da Bahia, além do seu ordenado, mais 300\$000 de gratificação por servir de Bibliothecario da mesma Escola..... 86:992\$000

§ 12. Academia das Bel- las Artes.....	10:596\$000
§ 13. Museu Nacional, incluida a quantia de 3 con- tos de réis para a despeza com Empregados que tratem da melhor classificação e conservação dos objectos, dando o Governo o preciso Regulamento	7:000\$000
§ 14. Junta do Commer- cio.....	20:440\$000
§ 15. Empregados de vi- sitas de saude nos portos maritimos, ficando elevados o ordenado do Professor de saude do Porto de Pernam- buco desde já a 800\$000, e a diaria dos Guardas de saude do mesmo porto a 1\$000.....	10:474\$000
§ 16. Correio Geral, Pa- quetes de Vapor do Norte e Sul, podendo elevar-se a con- signação para estes, quan- do não se realize o contracto feito.....	375:000\$000
§ 17. Melhoramento de pontes e estradas geraes, e le- vantamento de plantas das que devão ser emprendi- das, incluida a quantia de 20 contos de réis para a conti- nuação da obra da estrada nova de Mato Grosso, conce- dida pela Lei de 20 de Outu- bro de 1838.....	70:000\$000
§ 18. Construcção do Mo- numento levantado á Inde- pendencia no Ypiranga....	4:000\$000
§ 19. Despezas eventuaes	25:000\$000

NO MUNICIPIO DA CÔRTE.

§ 20. Escolas Menores de Instrucção Publica.....	28:670\$000
---	-------------

§ 21. Bibliotheca Publica, ficando o Governo autorisado para fazer a alteração indicada no n.º 23 da Tabella annexa ao Orçamento respectivo..... 8:614\$000

§ 22. Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas. 12:184\$000

§ 23. Passeio Publico... 2:400\$000

§ 24. Vaccina, ficando elevado desde já a 600\$000 o ordenado do Director della, a 500\$000 o de cada um dos tres Cirurgiões, a 400\$000 o do Secretario, e a 100\$000 as despesas do expediente.. 2:600\$000

§ 25. Illuminação Publica, incluída a despeza no assentamento e custeio de cem lampiões novos..... 95:000\$000

§ 26. Obras Publicas, incluída a quantia de 14 contos de réis para a continuação da do Collegio de Pedro II.... 134:480\$120

§ 27. Instituto Historico e Geographico Brasileiro, sendo obrigada a respectiva Directoria a dar conta ao Governo do emprego desta quantia 2:000\$000

§ 28. Imperial Academia de Medicina, e desde já para as despesas do custeio e manutenção da mesma, ficando tambem obrigada a dar conta ao Governo do emprego que fizer desta somma..... 1:600\$000

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça é autorisado para despendar com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 953:514\$529

A saber:

§ 1.º Secretaria de Estado 25:639\$200

§ 2.º Tribunal Supremo de Justiça..... 68:600\$000

§ 3.º Relações , ficando igualados d'ora em diante os ordenados dos Secretarios das mesmas, que serão de 1:200\$000.....	198:525\$300
§ 4.º Guardas Nacionaes, incluida a quantia de 30 contos de réis para seu ar- mamento.....	140:000\$000
§ 5.º Bispos e Relações Ecclesiasticas.....	26:033\$334
§ 6.º Telegraphos.....	8:819\$375
§ 7.º Despezas eventuaes.	8:000\$000

NO MUNICIPIO DA CÔRTE.

§ 8.º Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro, comprehendidos os venci- mentos que a Lei do Orça- mento de 20 de Maio de 1840 marcou aos Thesourei- ros da Sacristia e Confessores	63:113\$000
§ 9.º Parochos , conti- nuando os Coadjuutores a vencer o mesmo ordenado fixado na Lei de 20 de Maio de 1840.....	14:464\$220
§ 10. Justiças territoriaes	14:600\$000
§ 11. Policia e segurança publica	42:521\$200
§ 12. Guardas Nacionaes	15:200\$000
§ 13. Ditas Municipaes Permanentes... ..	200:000\$000
§ 14. Lazaros	10:000\$000
§ 15. Casa de Correção e reparo de cadeas.....	88:000\$000
§ 16. Condução , sus- tento e vestuario de presos pobres.....	22:000\$000
§ 17. Despezas eventuaes	8:000\$000

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado
dos Negocios Estrangeiros é autorisado para
despender com os objectos designados nos
seguintes paragraphos a quantia de..... 366:164\$800

A saber :

§ 1.º Secretaria de Estado	20:348\$800
§ 2.º Comissões Mixtas na Córte.....	11:016\$000
§ 3.º Pagamento de dividas atrasadas, idem.....	30:000\$000
§ 4.º Comissão Mixta na Serra Leoa ao cambio de 67 ¹ / ₂	4:300\$000
§ 5.º Legações e Consulados, idem.....	100:000\$000
§ 6.º Ajudas de custo, e outras despesas imprevistas, idem, e desde já	30:000\$000
§ 7.º Diferença entre o dito cambio e o medio de 30 por que se farão as remessas.	172:300\$000

Art. 5.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha é autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 2.464:664\$733

A saber :

§ 1.º Secretaria de Estado	25:080\$800
§ 2.º Quartel General...	1:744\$000
§ 3.º Conselho Supremo Militar.....	2:652\$000
§ 4.º Auditoria e Executoria	2:340\$000
§ 5.º Corpo da Armada e Classes annexas	173:415\$480
§ 6.º Dito de Artilharia.	151:307\$380
§ 7.º Intendencias.....	64:103\$000
§ 8.º Arsenaes.....	538:272\$591
§ 9.º Hospitaes.....	19:359\$000
§ 10. Navios armados...	1.127:346\$912
§ 11. Ditos desarmados..	77:510\$671
§ 12. Transportes.....	85:144\$539
§ 13. Corpo de Imperiaes Marinheiros.....	41:061\$600
§ 14. Pharoes, e Barcas de soccorro, incluido o ordenado de 600\$, a que fica elevado o que actualmente percebe o Administrador do Pharol de Pernambuco....	43:687\$865

§ 13. Obras Nacionaes , incluida a quantia de 5:000\$ com o melhoramento da bar- ra de Cotinguiba na Provin- cia de Sergipe.....	30:000\$000
§ 16. Academia.....	26:566\$000
§ 17. Escolas.....	3:632\$000
§ 18. Reformados	51:440\$893

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra é autorisado para despendar com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 5.409:669\$258

A saber :

§ 1.º Secretaria de Estado	27:657\$200
§ 2.º Conselho Supremo Militar	24:222\$000
§ 3.º Commando das Armas.....	19:232\$400
§ 4.º Officiaes Generaes.	33:523\$920
§ 5.º Officiaes Engenheiros.....	44:756\$000
§ 6.º Ditos de Linha....	378:234\$200
§ 7.º Ditos da extincta 2.ª Linha, que vencem soldo.	70:307\$490
§ 8.º Reformados.....	598:052\$822
§ 9.º Forças de Linha...	2.838:171\$050
§ 10. Artifices , e Aprendizes menores, ficando o numero destes fixado em 100 nas Provincias da Bahia , e Pernambuco , e em 50 nas do Pará, e Mato Grosso...	134:469\$600
§ 11. Forças fóra da Linha.....	326:179\$200
§ 12. Hospitaes Regimentaes.....	33:502\$500
§ 13. Escola Militar....	50:360\$000
§ 14. Archivo Militar, e Officina Lithographica	7:969\$300
§ 15. Arsenaes de Guerra, e Armazens.....	356:757\$020
§ 16. Gratificação , e forragens aos Officiaes Empregados	46:891\$950

§ 17. Obras militares, incluída a quantia de doze contos de réis para reparos da Fortaleza da Parahiba... 92:000\$000

§ 18. Pagamento da Divida passiva militar posterior a 1826 100:000\$000

§ 19. Despezas diversas e eventuaes 207:382\$606

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragrafos a quantia de..... 8.293:269\$964

A saber :

§ 1.º Divida externa fundada £ 386.474 ao par de 43 1/8 ... 2.147:077\$776

Differença entre o cambio acima, e o médio, em que se farão as remessas, estimado em 31 844:978\$998

§ 2.º Divida interna fundada.... 2.190:000\$000

§ 3.º Caixa da Amortização, filial na Bahia, e Empregados no resgate, e substituição do papel-moeda... 39:540\$000

§ 4.º Pensionistas do Estado 400:423\$260

§ 5.º Aposentados..... 200:221\$930

§ 6.º Empregados de Repartições extinctas 72:000\$000

§ 7.º Tribunal do The-souro 64:338\$000

§ 8.º Thesourarias filiaes. 217:410\$000

§ 9.º Alfandegas..... 680:000\$000

§ 10. Consulados 128:000\$000

§ 11. Mesas de Rendas, Recebedorias, e Collectorias. 155:000\$000

§ 12. Casa da Moeda... 31:400\$000

§ 13. Typographia Nacional..... 27:440\$000

§ 14. Fundição de Typos. 1:200\$000

§ 13. Administração, e custeio dos Proprios Nacionais.....	5:518\$000
§ 16. Almojarifados existentes.....	1:722\$000
§ 17. Ajudas de custo a Empregados de Fazenda...	4:000\$000
§ 18. Despezas Judiciaes.	3:000\$000
§ 19. Côte, condução, e venda de Pão-Brasil.....	100:000\$000
§ 20. Descontos de Bilhetes da Alfandega.....	15:000\$000
§ 21. Pagamento de bens de defuntos e ausentes e de depositos, e restituições de direitos.....	100:000\$000
§ 22. Construcção de Obras, incluída a quantia de 10:000\$ para construcção de um edificio para Alfandega na Villa das Larangeiras...	90:000\$000
§ 23. Gratificações.....	10:000\$000
§ 24. Despezas eventuaes, incluída a quantia de 1:000\$ para pagamento do terreno cedido pela Irmandade do Senhor Bom Jesus na Parahiba do Norte.....	41:000\$000
§ 25. Supprimento às Provincias na conformidade do art. 25 desta Lei.....	693:000\$000

CAPITULO II.

Receita Geral.

Art. 8.º E' orçada a Receita Geral do Imperio para o anno financeiro desta Lei na quantia de 15.600:000\$.

Art. 9.º Esta Receita será effectuada com o producto da Renda Geral arrecadada dentro do anno financeiro da presente Lei, sob os titulos abaixo designados.

§ 1.º Direitos de 15 por cento de importação.

§ 2.º Imposto adicional sobre as bebidas espirituosas.

- § 3.º Direitos de 30 por cento do chá.
- § 4.º Ditos de 50 por cento da polvora.
- § 5.º Ditos de 2 por cento de baldeação.
- § 6.º Ditos de 2 por cento de reexportação.
- § 7.º Ditos de 13 por cento additionaes de baldeação e reexportação dos generos despachados para a Costa da Africa.
- § 8.º Ditos de 1 $\frac{1}{2}$ por cento de expediente.
- § 9.º Ditos de $\frac{1}{2}$ por cento dito dos generos nacionaes.
- § 10. Ditos de $\frac{1}{2}$ por cento de premio dos assignados.
- § 11. Ditos de $\frac{1}{4}$ por cento de armazenagem.
- § 12. Multas por infracção dos Regulamentos, e faltas do Manifestos.
- § 13. Ancoragem.
- § 14. Direitos de 13 por cento das embarcações Estrangeiras, que passam a ser nacionaes.
- § 15. Ditos de 7 por cento de exportação.
- § 16. Ditos de 2 por cento dos objectos exceptuados.
- § 17. Ditos de 15 por cento nos couros (S. Pedro).
- § 18. Expediente das Capatazias.
- § 19. Taxas do Correio Geral.
- § 20. Braçagem do fabrico das moedas de ouro e prata.
- § 21. Contribuições para o Monte Pio.
- § 22. Direitos novos e velhos dos Empregos, e Officios Geraes, de Chancellaria, e das Ordens Militares.
- § 23. Dizima de Chancellaria.
- § 24. Decima de uma legua além da demarcação.
- § 25. Dita additional das Corporações de mão-morta.
- § 26. Direitos de Chancellaria das mesmas.
- § 27. Emolumentos de certidões.
- § 28. Foros de terrenos de Marinha, excepto no Municipio da Côrte.
- § 29. Laudemios.
- § 30. Impostos sobre a mineração do ouro, e outros metaes.
- § 31. Juros das Apolices dos emprestimos.
- § 32. Matricula dos Cursos Juridicos, Escolas de Medicina, e multa das Academias.
- § 33. Premios de depositos publicos, de saques, letras, e loterias.
- § 34. Sello de letras.
- § 35. Siza dos bens de raiz.
- § 36. Renda Diamantina, de Proprios Nacionaes, dos Arsenaes, e Estabelecimentos da Administração geral.
- § 37. Productos da venda de Proprios Nacionaes, Pão Brasil, Polvora, e outros generos de propriedade Nacional, sujeitos á Administração geral.
- § 38. Agio de moedas, e de barras.

- § 39. Alcances de Thesoureiros, e Recebedores Geraes.
- § 40. Bens de defuntos, e ausentes.
- § 41. Reposições e restituições de rendas, e depositos geraes.
- § 42. Cobrança de divida activa de Rendas Geraes, inclusive metade da de Rendas Provinciaes anterior ao 1.º de Julho de 1836.
- § 43. Um quarto por cento na reforma das Apolices.
- § 44. Dons gratuitos.
- § 45. Joias do Cruzeiro.
- § 46. Mestrados de Ordens Militares, e tres quartos das Tenças.
- § 47. Rendimento do Evento.
- § 48. Remanecentes de Depositos, e Caixas Publicas.
- § 49. Depositos diversos.

NO MUNICIPIO DA CÔRTE.

- § 50. Decima dos Predios Urbanos.
- § 51. Terças partes do Officios.
- § 52. Dizimos de exportação.
- § 53. Emolumentos de Policia.
- § 54. Imposto de 20 por cento no consumo da aguar-dente.
- § 55. Dito nas casas de leilão e modas.
- § 56. Meia siza dos escravos.
- § 57. Sello de heranças, e legados.
- § 58. Imposto sobre o gado do consumo.

Rendas com applicação especial.

- § 59. Tres e meio por cento de armazenagem addicional.
- § 60. Oito por cento das loterias.
- § 61. Imposto sobre as lojas, etc.
- § 62. Dito sobre seges.
- § 63. Dito sobre barcos do interior.
- § 64. Dito de 5 por cento na compra, e venda de Em-barcações.
- § 65. Dito do sello do papel.
- § 66. Taxa dos escravos.
- § 67. Producto de contractos com as novas Compauhias de mineração.
- § 68. Dito da moeda de cobre inutilisada.
- § 69. Sobras da Receita Geral.

CAPITULO III.

Art. 10. Fica elevada a 12.000\$ réis a contar do exercício 1840—1841 por diante a Dotação de Sua Alteza a Senhora Princesa D. Francisca, e o Governo autorisado para despende no mesmo exercício, além das sommas marcadas na Lei do Orçamento respectivo, as que necessarias forem para que a de Sua Alteza Imperial a Senhora D. Januaria seja paga na razão de 24 contos de réis annuaes desde 11 de Março de 1840, na conformidade da Lei de 11 de Agosto de 1827.

Art. 11. O Governo é autorisado para arrendar a conservação do Canal da Pavuna, a quem o fizer com mais vantagem da Fazenda Nacional.

Art. 12. Ficão elevados a 300\$ rs. a gratificação de 50\$ rs. que ora percebe o Conego que serve de 1.º Mestre de Ceremonias; a 300\$ rs. os ordenados que ora percebem os Organistas da Capella Imperial; e é extensivo, desde já, ao Thesoureiro do Thesouro, e seu Ajudante, o augmento de 200\$ rs., concedido pela Lei de 26 de Maio de 1840, n.º 108, aos Confessores, e Thesoureiros da Sacristia da mesma Capella.

Art. 13. Do principio do exercício de 1841 a 1842 em diante cessará de ter vigor a disposição do art. 2.º da Lei n.º 41 de 20 de Setembro de 1833, que autorisou a organização do Quadro do Exército, sendo reformados os que não fossem julgados idoneos.

Art. 14. Vencerão 22\$ rs. mensaes de soldo os Capellães das Fortalezas, que tiverem menos dessa quantia.

Art. 15. Fica reduzida a 1 por cento a senhoriagem na moeda de ouro, e a 5 por cento na de prata, desde já.

Art. 16. Os 7 por cento que paga o assucar no acto da exportação, serão calculados sobre o preço do mercado, depois de feito o desconto da metade da quantia concedida em cada arroba pela Legislação em vigor até ao anno financeiro de 1835—1836, para despesas de producção e carreto.

Art. 17. Fica isenta do pagamento dos direitos da importação a pedra de cantaria, que já veio da Europa para construcção do Hospital de Caridade da Cidade de Santo Amaro na Provincia da Bahia.

Art. 18. Ficão, desde já, reduzidos a 5 por cento os direitos, que paga actualmente a Companhia de S. João d'El-Rei: esta redução porém é só concedida provisoriamente.

Art. 19. Além da somma votada na Lei do Orçamento do exercício corrente de 1840—1841 para Obras Publicas,

fica o Governo autorisado para despende mais pelo Ministerio do Imperio a quantia de 7:600\$ com a compra dos edificios, que são necessarios demolir para abrir-se uma nova rua em frente da Academia das Bellas Artes até a de S. Francisco de Paula, e logo que taes edificios estejam demolidos, fará demarcar o espaço que deve occupar a mesma rua, e vender os terrenos que sobejarem, cujo producto fará parte da Receita do mesmo anno.

Art. 20. As Loterias concedidas até a data desta Lei pelas Assembléas Legislativas Provinciaes, cujo fundo não exceda de 10 contos de réis, não estão sujeitas ao imposto de 8 por cento estabelecido sobre as Loterias pela Lei de 11 de Outubro de 1837 n.º 109.

Art. 21. O Governo fica autorisado para dar o preciso Regulamento para a praticagem da Barra da Colinguiba na Provincia de Sergipe, no qual marcará o quantitativo que deverão pagar as embarcações, calculado pelo numero de toneladas que tiverem, ficando tal Regulamento dependente da approvação da Assembléa Geral, sendo porém logo posto em execução.

Art. 22. A disposição do art. 23 da Lei do Orçamento de 26 de Maio de 1840 n.º 108, que concedeu aos Officiaes da Secretaria do Thesouro a percepção de emolumentos é extensiva a todas as Secretarias das Thesourarias filiaes nas Provincias.

Art. 23. Fica approvada a gratificação de 50\$ rs. mensaes concedida por Decreto de 10 de Outubro de 1835 ao Pagador do Arsenal de Guerra, e das tropas da Corte para quebras, nos pagamentos que houver de fazer; tendo direito o actual Pagador de percebê-la desde o dia da sua posse no dito emprego.

Art. 24. Fica revogado o art. 197 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, na parte sómente em que impõe aos Trapiches, e Armazens que se houverem de alfaundegar o onus de contribuirem annualmente com a somma correspondente ao vencimento de um Guarda Agente da respectiva Mesa do Consulado.

Art. 25. Os supprimentos destinados para cobrir o deficit das Rendas Provinciaes, são fixados para se verificarem no anno financeiro desta Lei na quantia de 693:000\$000, repartidos pelas Provincias abaixo declaradas na forma seguinte:

A' Provincia da Bahia	150:000\$000
» Pernambuco	150:000\$000
» Minas Geraes	20:000\$000
» Pará	40:000\$000

A' Provincia das Alagôas.....	30:000\$000
» Mato Grosso.....	25:000\$000
» Goyaz.....	25:000\$000
» Espirito Santo.....	20:000\$000
» Piauhy.....	20:000\$000
» Sergipe.....	20:000\$000
» Rio Grande do Norte.....	15:000\$000
» Santa Catharina.....	10:000\$000
» Parahyba.....	20:000\$000
» Maranhão.....	64:000\$000
» Ceará.....	24:000\$000

Art. 26. Ficão em vigor todas as disposições das Leis do Orçamento anteriores, que não versarem particularmente sobre a fixação da Renda e Despeza, e que não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 27. Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Setembro de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada,

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, orçando a Receita e fixando a Despeza Geral do Imperio para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1841 ao ultimo de Junho de 1842; e dando outras providencias como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim de Almeida Sampaio a fez.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Sellada na Chancellaria do Imperio em o 1.º de Outubro de 1840.

João Carneiro de Campos.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 2 de Outubro de 1840.

João Maria Jacobina.

Registrada na mesma Secretaria a fl. 101 do Livro 1.º de semelhantes. Rio em 3 de Outubro de 1840.

Julio Pereira Vianna de Lima.



DECRETO N. 165—de 29 de Setembro de 1840.

Autorisando o Govefno a fazer extrahir certo numero de Loterias, e applicar o seu producto aos reparos de diversas Igrejas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para fazer extrahir cinco Loterias de cento e vinte contos de réis cada uma, conforme o plano das que ora existem, sendo applicado o producto da segunda aos reparos da Igreja Matriz de Irajá, e o das outras quatro á continuação, e conclusão das Obras da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro do Campo Grande.

Art. 2.º Fica tambem autorizado o Governo para fazer extrahir na Côrte do Rio de Janeiro uma Loteria annual da mesma quantia, e sobre o mesmo plano, por quatro annos, cujo producto será applicado ás Obras da Matriz da Capital do Ceará.

Art. 3.º Do mesmo modo fica autorizado o Governo para fazer extrahir uma Loteria, cujo producto será applicado para as Obras da Capella de Santo Antonio dos Pobres.

Art. 4.º O mesmo Governo no neará Commissões, que serão encarregadas da direcção das Obras; e darão conta do

emprego que fizerem dos fundos postos á sua disposição, o do andamento dos trabalhos.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Setembro de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

LEI N. 166—de 29 de Setembro de 1840.

Estabelece a Dotação de Sua Alteza Imperial, quando houver de realisar-se o seu Consorcio.

D. Pedro por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º A Dotação de Sua Alteza Imperial, quando houver de realizar-se o seu Consorcio, será de noventa e seis contos de réis por anno, paga pela fórma por que o é a de Sua Magestade o Imperador, cessando desde a época do referido Consorcio os alimentos assignados por Lei.

Art. 2.º O Esposo, que sobreviver ao outro, continuará a perceber a metade da referida Dotação, emquanto residir no Imperio, ou se se ausentar com licença do Imperador.

Art. 3.º Fica consignada a quantia de cento e vinte contos de réis para a aquisição de predios, que offereção decente habitação a estes Augustos Esposos: e emquanto não se effectuar essa aquisição, serão pagos pelo Thesouro Publico, na razão de cinco por cento do referido capital, os alugueis de predios, que seião para esse effeito mais idoneos.

Art. 4.º Fica mais consignada a quantia de cem contos de réis para enxoval, e outros objectos do serviço de Sua Alteza Imperial, e de Seu Augusto Esposo.

Art. 5.º Fundar-se-ha um Patrimonio em terras pertencentes á Nação, cujo valor será ulteriormente determinado sobre informações do Governo.

Art. 6.º Ao dito Patrimonio serão incorporados os predios, de que trata o art. 3.º; e assim passará aos descendentes, segundo a ordem de successão estabelecida na Ordenação, Livro 4.º, Título 100, que fica para este effeito em vigor.

Art. 7.º Todos os bens, a que se refere o artigo antecedente, serão consignados como Proprios Nacionaes, quando não haja, ou se acabe a referida successão.

Art. 8.º Se o Principe tiver da sua parte alguns bens vinculados, e como taes os considerar no respectivo contracto, ou se taes bens lhe sobrevierem, observar-se-ha a este respeito o que determina a Ordenação, Livro 4.º, Título 100, § 5.º, e seguintes, salvo o direito de successão estabelecido pela Legislação do Paiz, a que pertencer o mesmo Principe; porque em tal caso o contracto lhe será subordinado em tanto, quanto diserepar da referida Ordenação.

Art. 9.º O Governo fica autorisado para despende fóra do Imperio as quantias, que forem necessarias para as negociações relativas ao Casamento de Sua Alteza Imperial, e transporte de Seu Augusto Esposo, ficando igualmente comprehendidas nesta autorisação as despesas, que forem de mister para o ajuste do Consorcio de Sua Magestade o Imperador, e transporte da Sua Augusta Esposa para o Brasil.

Art. 10. No caso de que venha a ter lugar a successão de Sua Alteza Imperial ao Throno, ficarão sem effeito as disposições desta Lei, que se tornem incompativeis com os artigos, em que a Constituição regula os direitos, e prerogativas da Familia Imperial.

Art. 11. Realizado o caso de sahir do Imperio Sua Alteza Imperial, se lhe entregará, por uma vez sómente, na fórma do art. 113 da Constituição, a quantia de setecentos e cincoenta contos de réis, segundo o Padrão Monetario, além da somma marcada no art. 4.º da presente Lei para enxoval.

Art. 12. As disposições relativas ao Casamento de Sua Alteza Imperial são inteiramente applicaveis ao Consorcio da Princeza a Senhora D. Francisca.

Art. 13. Ficão derogadas todas as Leis em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte nove do
mez de Setembro de mil oitocentos e quarenta, decimo nono
da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.



DECRETO N. 167—de 29 de Setembro de 1840.

Approva, e eleva a dez mil réis mensaes a Pensão de
meio soldo conferida a Silverio José Madeira.



DECRETO N. 168—de 29 de Setembro de 1840.

Approva a pensão de quinhentos réis diarios, conferida
ao Guarda Nacional João Ferreira da Trindade.

